

Paim já indaga sobre salários

Tão logo seja instalada, nesta quarta-feira, a Comissão Representativa do Congresso Nacional receberá um requerimento de informações de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS) que, se aprovado, seguirá para o Ministério da Economia. O requerimento indaga sobre o andamento de uma Comissão Técnica cujo objetivo é apresentar um plano de cálculo para o salário mínimo.

De acordo com a Lei 8.222, promulgada em 5 de setembro do ano passado, a atual política para o mínimo se encerra neste mês de janeiro. A partir de então, o salário mínimo fica sem uma política salarial correndo o risco de permanecer congelado em pouco mais de Cr\$ 95 mil, valor já definido para janeiro. Para evitar a descontinuidade na política do mínimo, a própria Lei 8.222 previu a criação de uma Comissão Técnica integrada por representantes do IBGE, Dieese, Fipe, Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Economia e Ministério do Trabalho que, no prazo de 180 dias a contar de setembro último, apresentaria ao Congresso um plano dispondo sobre valor, composição e metodologia para cálculo do salário mínimo.

O trabalho dessa Comissão, portanto, deve se encerrar em 5 de fevereiro mas Paim pretende, desde agora, tomar conhecimento do estudo. Em seu requerimento (a ser registrado hoje junto à Mesa da Câmara e apresentado amanhã à Comissão Representativa do Congresso), Paim também vai solicitar a presença de membros da Comissão Técnica no Congresso, neste recesso, para adiantar a exposição.

A preocupação do deputado Paulo Paim tem uma razão: o Congresso retoma suas atividades legislativas em 15 de fevereiro mas a última semana desse mês estará perdida, com a chegada do Carnaval. Paim fará todo o esforço para que os parlamentares aprove a nova política salarial do salário mínimo na primeira semana de trabalho. Ele acredita não ser difícil pois a matéria já terá sido fruto de estudo de uma Comissão Técnica e também terá sido submetida ao exame dos membros da Comissão Representativa que, por sua vez, darão as explicações necessárias ao restante do Congresso, em seu retorno. O deputado petista quer evitar o congelamento do mínimo na casa dos Cr\$ 100 mil porque, segundo lembrou, o mínimo deveria ser hoje de Cr\$ 400 mil, de acordo com dados do IBGE e do Dieese.